



**21.ª REUNIÃO DOS CHEFES DE ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS  
DA  
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

**DECLARAÇÃO FINAL**

**(Praia, 10 e 11 abril de 2019)**

Nos termos acordados na Declaração Final da 20.ª Reunião dos Chefes de Estado-Maior-General das Forças Armadas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CEMGFA/CPLP), em abril de 2018, em Salvador, Brasil, realizou-se na Cidade da Praia, Cabo Verde, a 21.ª Reunião dos CEMGFA/CPLP, com a participação de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

O CEMGFA da Guiné-Bissau não se fez representar.

Participaram ainda o Diretor do Centro de Análise Estratégica (CAE), Capitão-de-Mar-e-Guerra Francisco Evandro Rodrigues Camelo, e a representante do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa (SPAD), Cláudia Bicho.

Precedendo a Reunião, o evento iniciou-se em 9 de abril de 2019 com uma visita de cortesia pelos CEMGFA/CPLP ao Ministro da Defesa de Cabo Verde, seguida de uma receção de boas-vindas. No dia da Reunião, em 10 de abril, os Chefes de Estado-Maior-General das Forças Armadas dos Estados-Membros marcaram presença em Cerimónia no Memorial Amílcar Cabral, de prestação de Honras Militares e homenagem, com a colocação de uma coroa de flores no mesmo memorial, tendo-se dado em seguida início à Reunião.

O Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas de Cabo Verde, Major-General Anildo Emanuel da Graça Morais, abriu os trabalhos da reunião, saudando a presença de todas as delegações, do Diretor do Centro de Análise Estratégica da CPLP e de todos os oficiais, membros das delegações presentes.



Apresentou cumprimentos ao Almirante Ademir Sobrinho, ex-Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Brasil, na pessoa do Tenente-Brigadeiro do Ar Raul Botelho, pela condução da Presidência deste fórum, desde a última reunião realizada em Salvador, no período de 24 e 25 de abril de 2018. Desejou ainda sucessos ao Tenente-Brigadeiro do Ar Raul Botelho no desempenho das novas funções.

Congratulou-se com o desenvolvimento no setor da Defesa na Comunidade e com o papel que o Centro de Análise Estratégica da CPLP vem desempenhando.

Referiu que as autoridades dos países da CPLP têm, em razão dos princípios e valores que defendem, demonstrado uma inequívoca preocupação para as questões que afetam a segurança nos níveis mundial, regional, nacional e individual, numa abordagem baseada, fundamentalmente, no normal funcionamento das instituições e na defesa dos direitos humanos.

Concluiu desejando que a reunião seja mais uma jornada de confraternização e de compreensão e que contribua para o reforço da amizade, da solidariedade e da cooperação entre as Forças Armadas dos países.

#### **Anexo A - Discurso do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas de Cabo Verde**

O Tenente-Brigadeiro do Ar Raul Botelho, após agradecer a receção, procedeu a uma retrospectiva das atividades realizadas desde o ano transato até ao presente, realçando os trabalhos efetuados para a criação de um Mecanismo de Resposta da CPLP a Situações de Catástrofes, da confirmação por Portugal do 2.º Colégio de Defesa da CPLP em 2019, após a realização em 2018 pelo Brasil, a realização do 6.º Fórum de Saúde Militar e da 1.ª Reunião de Diretores dos Serviços de Informações Militares da CPLP em 2019, a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para a elaboração de um Plano de Ação da Componente de Defesa da CPLP para a implementação da Resolução das Nações Unidas sobre Mulheres, Paz e Segurança e a realização prevista do exercício da série FELINO, no ciclo 2018/2019.

O CEMCFA do Brasil desejou pleno êxito a Cabo Verde na condução deste fórum e felicitou o novo Diretor do CAE, augurando-lhe sucessos na sua missão.

O Major-General Anildo Emanuel da Graça Moraes agradeceu as palavras do CEMCFA do Brasil e depois de renovar saudações às delegações presentes, deu início à ordem de trabalhos.



## Aprovação da Agenda de Trabalhos

A Agenda da Reunião foi aprovada por consenso.

### **PONTO 1. Análise da situação político-militar e das questões internacionais de Defesa e Segurança com eventuais implicações para os países membros da CPLP**

#### **CAE/CPLP**

O CMG Francisco Evandro Rodrigues Camelo apresentou um informe sobre a situação político-estratégica no âmbito dos Estados-Membros da CPLP, incidindo a sua apresentação nas regiões de interesse principais dos países da Comunidade, identificando ameaças como os crimes transnacionais, terrorismo, fluxo migratório, pirataria, entre outras.

Ressalvou que perante os recentes acontecimentos em Moçambique, e a situação na África Oriental, aliada às mudanças climáticas, urge a finalização do Mecanismo de Resposta da CPLP a Situações de Catástrofe.

Concluiu afirmando que a conjuntura interna e regional, em termos de Defesa e Segurança dos Estados-Membros, é estável, embora persistam desafios no domínio da contenção de ameaças internas e externas.

#### **Anexo B - Informe do CAE/CPLP**

#### **CABO VERDE**

O Major-General Anildo Emanuel da Graça Morais, declarou que Cabo Verde é um país que conta com uma situação peculiar, fruto da sua insularidade, da posição que ocupa no Oceano Atlântico, situado na África Ocidental, região que tem verificado, ao longo dos anos, um aumento do tráfico internacional de drogas e do crime organizado com reflexos na segurança da região, resultando numa mudança de paradigmas ao nível das ameaças e das suas consequências nas questões securitárias e de manutenção da estabilidade na região.

Realçou, nesse sentido, o poderio alcançado por grupos criminosos que centram a sua ação no tráfico de drogas, de pessoas, de armas, de minerais, contrafação de medicamentos, e no tráfico de migrantes, que se tem revelado um problema difícil de debelar.



Ressalvou a falta de meios do país para combater os crimes transnacionais que passam pelas águas de Cabo Verde, agradecendo aos países que têm colaborado para a fiscalização dessa área.

Declarou que se deve estar atento aos grupos classificados como terroristas que têm vindo a ameaçar a estabilidade de alguns países. Da mesma forma lembrou que os conflitos armados militares teimam em surgir um pouco por todo o mundo, e que devem constituir uma preocupação constante dos atores que trabalham pela paz e estabilidade internacional.

Cumprimentou, embora ausente, o homólogo da Guiné-Bissau, pela lição de democracia e de maturidade política aquando da realização das últimas eleições que decorreram nesse país.

Chamou a atenção para os problemas da poluição, da pesca ilegal, do aquecimento global e das alterações climáticas, da falta de água para o consumo e para a agricultura, referindo-se em seguida à ocorrência de catástrofes naturais. Aproveitou esse momento para dispensar votos de pesar ao homólogo de Moçambique, país vítima do ciclone Idai, destacando a importância da materialização urgente do mecanismo de resposta a situações de catástrofes, para que a CPLP possa, de forma célere e eficaz, responder às demandas dos seus membros.

Realçou, ainda, a vivacidade com que têm ocorrido os Exercícios da série FELINO e as ações de cooperação conjuntas desenvolvidas por Cabo Verde com outros países.

Terminou renovando os votos de uma ótima estadia a todos e uma proveitosa reunião.

#### **Anexo C - Intervenção de Cabo Verde**

#### **ANGOLA**

O **General-de-Exército António Egídio de Sousa Santos**, Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas, começou por saudar todos os presentes e agradeceu ao Governo de Cabo Verde e às Forças Armadas a calorosa receção.

Sublinhou que esta reunião reflete o nível de cooperação existente entre os Estados-Membros da Comunidade.

Apresentou votos de pesar a Moçambique pela tragédia causada pela passagem do ciclone Idai e, igualmente, à delegação do Brasil pelas perdas humanas e materiais registadas em Brumadinho.



Referindo-se à continuidade das ameaças analisadas na reunião de 2018, vincou que persiste a instabilidade mundial e que a mesma se reflete negativamente em muitos países do continente Africano.

Assinalou a necessidade de combate aos grupos extremistas como o Boko Haram, o Al Shabaab e chamou a atenção para as ações terroristas na Somália e no Quênia.

Referiu-se à situação de segurança na África Austral, reputando-a como preocupante devido à posição geostratégica que Angola ocupa, inclusive com partilha de fronteira terrestre com alguns desses países.

Destacou a estabilidade político-militar nos países fronteiriços, tendo referido a instabilidade no leste da República Democrática do Congo.

Aludindo às dificuldades que impossibilitam São Tomé e Príncipe de acolher o exercício FELINO 2018 no formato em carta, manifestou a disponibilidade das Forças Armadas Angolanas em acolher o exercício, no corrente ano, tanto em carta, como no terreno.

Referiu-se e reforçou a necessidade da CPLP dispor de uma força para intervenção no quadro das operações humanitárias, apelando à aceleração de mecanismos para constituição da referida força e, se necessário, de uma “Crise Task Force”.

No domínio político, económico, social e de segurança em Angola, mencionou a realização das primeiras eleições autárquicas em 2020, e que as ações do Executivo Angolano continuam direcionadas para o desenvolvimento dos setores não petrolífero e diamantífero, mas noutros setores essenciais, como a agricultura.

Evidenciou as reformas estruturais que têm vindo a ser introduzidas nas empresas estratégicas, as políticas de combate à corrupção e à imigração ilegal, destacando a saída voluntária de cerca de 500 mil cidadãos estrangeiros que residiam ilegalmente no país, bem como a fiscalização das águas territoriais.

Destacou que decorre um processo de reestruturação das Forças Armadas, visando a redução dos efetivos e a adequação das suas estruturas, encontrando-se as mesmas empenhadas na preparação do ciclo completo do exercício Felino 2018-2019, no apoio humanitário às vítimas do ciclone Idai, em Moçambique, e em diversos outros exercícios militares.

Terminou a intervenção, reiterando o maior apreço às Forças Armadas de Cabo Verde e ao seu Chefe de Estado-Maior, que acolheram esta reunião.

**Anexo D - Intervenção de Angola**





## BRASIL

O Tenente-Brigadeiro do Ar Raul Botelho, Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Brasil, após saudar e agradecer a hospitalidade dispensada, endereçou as primeiras palavras a Moçambique, demonstrando a solidariedade do seu país para com a situação naquele país, ressaltando o apoio pronto e imediato que o Brasil disponibilizou, com meios humanos e materiais, para fazer frente à situação. Realçou ainda que, nesse sentido, deve ser estabelecido quanto antes o Mecanismo de Resposta da CPLP a Situações de Catástrofes.

Identificou ameaças que poderão surgir em face da nova dinâmica mundial, algumas com grande potencial de afetar os países desta Comunidade, destacando a escassez de recursos naturais, o aumento das atividades de terrorismo em escala mundial, o crime organizado transnacional, a desfasagem tecnológica e a dependência externa em relação a sistemas de informação e de comunicação e, as mudanças climáticas.

No seu entender, apesar da existência de um ambiente de paz e cooperação na América do Sul, questões internas políticas, sociais e económicas, em alguns países, poderão gerar desestabilização na região, podendo o Brasil ser solicitado a participar com contingentes das Forças Armadas, sob a égide da ONU, para a estabilização de conflitos nessa mesma região.

Referindo-se ao aumento considerável de investimentos em armamento para as Forças Armadas de algumas potências, citou as preocupações em relação ao entorno estratégico do Brasil, apresentando algumas incertezas e inquietações, que poderão influenciar no emprego das Forças Armadas, destacando que a América do Sul se tornou espaço de oportunidade para financiamento do terrorismo, pela associação às redes de tráfico de drogas e outros ilícitos.

Aludindo ao ambiente difuso e preocupante, que poderá envolver a participação das Forças Armadas, frisou a grave crise na Venezuela, destacando a atuação das Forças Armadas Brasileiras, na receção a 100 mil venezuelanos na fronteira.

Evidenciou o atual enfraquecimento da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), com a saída do Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai e Peru deste Bloco, tendo em 22 de março do corrente ano, em Santiago no Chile, durante a reunião de Chefes de Estado da América do Sul, sido criado o Fórum para o Progresso da América do Sul (PROSUL).



Analisando a situação no Brasil assinalou a ocorrência de uma grave crise ético-moral e política, em que o atual Governo tem tentado reforçar a atuação das instituições, visando a recuperação económica, a estabilidade e a melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), sendo que as Forças Armadas Brasileiras vêm merecendo destaque pelo seu grau de profissionalismo e de credibilidade junto à sociedade brasileira.

Quanto à área internacional referiu que, no ano de 2017, foi concluída a participação na missão de paz no Haiti, onde o Brasil teve um papel de destaque no Comando da Missão das Nações Unidas para a Estabilização nesse país (MINUSTAH), a participação na Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), exercendo o Comando e mantendo um navio brasileiro permanentemente naquele país, ressaltando ainda que, atualmente, um General brasileiro assume o Comando das Forças de Paz da ONU na República Democrática do Congo.

Referiu ainda que, mercê dos compromissos internacionais assumidos, o Brasil tem responsabilidades crescentes em ações de busca e salvamento marítimo no Atlântico Sul. Ressaltou a importância dos Exercícios da série FELINO, que têm vindo a consolidar os laços de camaradagem e de confiança entre as Forças Armadas, concluindo que a CPLP se vem destacando como importante catalisador da cooperação no Continente Africano.

#### **Anexo E - Intervenção do Brasil**

#### **GUINÉ EQUATORIAL**

O General-de-Divisão Lamberto Nguema Micha, Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas da Guiné Equatorial, agradeceu o acolhimento, assinalou a sua participação pela primeira vez na qualidade de CEMGFA da Guiné Equatorial, tendo de seguida expressado condolências a Moçambique e a Angola pelas catástrofes naturais que enfrentaram recentemente.

Em relação ao seu país destacou a extensão da área marítima, para a qual procuram mecanismos de ações conjuntas, para assegurar a segurança marítima da região, em colaboração com São Tomé e Príncipe, Gabão e no âmbito de organizações como a Comunidade Económica dos Estados da África Central. Neste âmbito destacou a apreensão de navios que se dedicavam à imigração ilegal assim como a detenção de terroristas que operavam no Golfo da Guiné, assinalando a insuficiência de meios para fazer face às atuais ameaças.



Enfatizou como região de conflito a zona do Delta do Níger, a ameaça constante do grupo Boko Haram, considerando que estas reuniões poderão ajudar na procura de soluções para esses problemas.

Assinalou a situação interna da Guiné Equatorial como estável, não obstante a tentativa de golpe de estado no país, referindo, neste contexto, a preparação em curso de Batalhões de Intervenção Rápida para debelar tais situações. Solicitou, ainda, que os países acudam rapidamente aos outros Membros em situações difíceis.

## **Anexo F - Intervenção da Guiné Equatorial**

### **MOÇAMBIQUE**

O Major-General Ezequiel Isac Muianga, Comandante do Ramo do Exército das Forças Armadas de Defesa de Moçambique iniciou a sua intervenção saudando todos os presentes em nome do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas de Defesa de Moçambique que não pode tomar parte nesta Reunião, por razões de força maior. Agradeceu a calorosa receção e as excelentes condições de alojamento e de trabalho. Ainda, felicitou o Diretor do CAE/CPLP pela nomeação no novo cargo, desejando êxito na missão.

Afirmou que a situação política, de segurança e socioeconómica da República de Moçambique é estável, decorrente da prevalência de paz, pleno funcionamento das instituições públicas e privadas e livre circulação de pessoas e bens em todo o território nacional. Afirmou que o país se encontra empenhado na preparação das 6.<sup>as</sup> Eleições Gerais, de outubro de 2019.

Evidenciou a existência de ações de violência e saques de bens em alguns pontos do país, resultando em reação das Forças de Defesa e Segurança, inclusive com o apoio de outros países na troca de informações e experiências, porquanto os grupos que cometem tais ilícitos não atuam apenas em Moçambique.

Ressaltou que a Cooperação Militar tem permitido incrementar as capacidades combativas das Forças Armadas de Defesa de Moçambique e que o país pretende continuar a contar com a colaboração e disponibilidade das Forças Armadas amigas, com destaque para as da CPLP.

Afirmou que o país continua economicamente estável, apostando na Agricultura, Energia, Infra-estruturas e Turismo.

8





Realçou que, no dia 14 de março de 2019, a Zona Centro de Moçambique foi fustigada pelo ciclone Idai, que resultou em 600 vítimas mortais, aproximadamente 200 mil famílias desalojadas, 62.153 casas totalmente destruídas, 34.139 casas parcialmente destruídas e outras 15.784 inundadas.

Em nome do Governo e do povo moçambicano, expressou o profundo agradecimento à Comunidade Internacional, em particular à CPLP, pelo apoio no socorro às vítimas, pelo espírito de solidariedade e o contributo na mitigação dos efeitos desse desastre humanitário.

Enfatizou que a situação política e de segurança na região da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), em que Moçambique se encontra inserido, continua relativamente estável, constituindo a imigração ilegal uma potencial ameaça.

Revelou ainda alguma preocupação com as situações no Lesoto e no Zimbabué, bem como com a segurança terrestre, aérea, marítima, cibernética, alimentar, caça furtiva e crimes transfronteiriços, enquanto desafios para a África Austral e todo o continente.

Terminou, renovando os votos de que a reunião contribua para a consolidação das relações de amizade, cooperação, solidariedade e irmandade existentes entre os Estados-Membros da CPLP.

#### **Anexo G - Intervenção de Moçambique**

#### **PORTUGAL**

O Almirante António Silva Ribeiro, Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas de Portugal agradeceu ao seu homólogo cabo-verdiano o caloroso acolhimento e organização da Reunião. Manifestou, em seguida, consternação pela devastação causada em Moçambique pelo ciclone Idai, realçando que Portugal expressou, desde a primeira hora, a mais profunda solidariedade, e de imediato disponibilizou elementos e meios das Forças Armadas para apoiar no terreno.

Sublinhou que o atual ambiente securitário internacional continua a ser caracterizado pela complexidade, imprevisibilidade e volatilidade e que a conflitualidade presente nas várias regiões do mundo apresenta implicações diretas ou indiretas para os Estados-Membros da CPLP, com destaque para diferentes cenários, a exemplo da situação na Síria e em outras regiões.

Enfatizou que as ameaças mais diretas aos países do sul da Europa podem advir de conflitos como aqueles que se verificam em alguns países africanos que se debatem com



o problema de grupos insurgentes e terroristas, assim como a ameaça da pirataria, com especial relevância para a região do Golfo da Guiné, a instabilidade no Médio Oriente, a tensão resultante da questão ucraniana e da pressão geopolítica da Rússia e, ainda, o crescimento da esfera de influência chinesa.

Vincou a necessidade de partilha de informações e do conhecimento, de se recorrer a estratégias de resposta baseadas no fortalecimento dos vínculos de aliança e de cooperação, nos domínios da Segurança e da Defesa, sublinhando que a CPLP poderá desempenhar um papel privilegiado neste contexto.

Sublinhou que os riscos associados à degradação ambiental, agravada pelas alterações climáticas, exigem uma efetiva capacidade de resposta, exemplificando com o impacto do ciclone Idai nas populações e nas infraestruturas de Moçambique. Assinalou a importância da cooperação, do treino combinado, doutrina e procedimentos comuns entre as Forças Armadas no quadro de situações de catástrofe natural.

Realçou as responsabilidades de Portugal no âmbito das Nações Unidas, Aliança Atlântica e União Europeia, evidenciando a participação das Forças Armadas Portuguesas em missões de treino na Somália, no Mali, na República Centro-Africana, no combate às migrações ilegais e ao tráfico de seres humanos no Mediterrâneo, a presença no Afeganistão, no Iraque, na Colômbia e em países como a Lituânia, a Roménia e a Polónia, na sequência dos acontecimentos na Ucrânia. Portugal participa, ainda, com meios navais e aéreos em diversas iniciativas na região do Golfo da Guiné, juntamente com Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Angola, destacando-se o emprego do navio patrulha “Zaire” na missão de capacitação operacional da Guarda-Costeira de São Tomé e Príncipe, desde 2018.

Reafirmou, o forte compromisso e envolvimento no fortalecimento dos laços de cooperação entre as Forças Armadas da CPLP, para que possam, num futuro próximo, exercer um papel de maior relevo no quadro da Segurança e Defesa sob a égide das Nações Unidas. Segundo o mesmo, as reuniões de CEMGFA da CPLP representam um fórum privilegiado de discussão, assinalando como assuntos relevantes neste desiderato, a reflexão sobre o futuro da Componente de Defesa da CPLP, a edificação do Mecanismo de Resposta a Situações de Catástrofe e Crise Humanitária ou a reflexão sobre a viabilidade de, a médio prazo, poder ser constituído e preparado um contingente da CPLP para ser empregue em missões de Apoio à Paz e de Ajuda Humanitária.

Anexo H - Intervenção de Portugal



## SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

O Brigadeiro-General Horácio Castro da Trindade de Sousa, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe, iniciou a sua intervenção agradecendo ao Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas de Cabo Verde o acolhimento caloroso e fraterno e o empenho que Cabo Verde sempre demonstrou no fortalecimento da CPLP.

De seguida saudou todos os Chefes de Estado-Maior General das Forças Armadas da CPLP e os membros das respetivas delegações e, em especial, os CEMGFA de Moçambique e de Angola, manifestando solidariedade pelas vítimas e danos materiais provocados pela passagem do ciclone Idai, assim como no forte temporal que assolou a população em Benguela.

Apelou à cooperação internacional, semelhante à que está a ser demonstrada no caso de Moçambique para fazer face aos riscos, ameaças, conflitos transnacionais e também situações de catástrofe. Destacou que tais cenários justificam a reflexão sobre o desenvolvimento de um mecanismo rápido e eficaz, em especial ao nível da CPLP, para situações desta natureza.

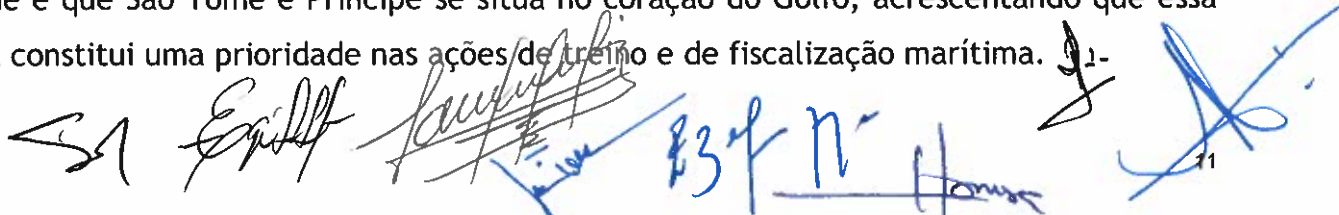
Transmitiu que o seu país está preocupado com a gravidade e a intensidade com que os conflitos de cariz étnico-religioso grassam em alguns países da sub-região, com contornos que poderão alastrar para os países vizinhos.

Frisou que a situação política em São Tomé e Príncipe goza de perfeita tranquilidade e normalidade, tendo o povo Santomense, de forma massiva, exercido, de modo ordenado e sem incidentes, o seu dever cívico nas eleições legislativas, autárquicas e regional, ocorridas em outubro de 2018.

Salientou que a situação económica e social de São Tomé e Príncipe continua difícil, com uma dependência acentuada da ajuda internacional, apesar dos progressos alcançados no combate à inflação. Considerou que a situação económica foi determinante para que não houvesse outra alternativa que não fosse o declinar de se constituir como país anfitrião para a realização do exercício “FELINO 2018”.

Referiu os esforços do país no desenvolvimento das áreas da educação e da saúde, realçando, ainda, que os oceanos constituem, atualmente, uma fonte de recursos fundamental para o desenvolvimento e para a economia.

Evidenciou que cinco Estados-Membros da CPLP se encontram localizados no Golfo da Guiné e que São Tomé e Príncipe se situa no coração do Golfo, acrescentando que essa área constitui uma prioridade nas ações de treino e de fiscalização marítima.





Informou, ainda, que alguns Estados-Membros da CPLP têm apoiado São Tomé e Príncipe no combate à pirataria marítima naquela região como a presença nas suas águas de um meio naval de Portugal, desde o início de 2018.

Declarou que o país necessita redimensionar as suas Forças Armadas, que devem ser ágeis, eficientes, flexíveis e focadas na disciplina orçamental.

Informou que São Tomé e Príncipe aprovou em março passado o Plano de Ação Nacional para implementação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Mulheres, Paz e Segurança.

Afirmou que, no espaço da CPLP, se identificam diversas dinâmicas de insegurança capazes de fazer perigar os interesses dos países da CPLP, como o crime organizado transnacional, principalmente o associado ao tráfico de pessoas e de drogas, a disputa por recursos marinhos e energéticos, o radicalismo religioso, os conflitos regionais, as ameaças cibernéticas, a degradação ambiental e as alterações climáticas.

Enfatizou, por último, a relevância de uma postura colaborativa para fazer face às ameaças, devendo-se privilegiar umas Forças Armadas mais articuladas e coordenadas com as Forças e Serviços de Segurança.

#### **Anexo I - Intervenção de São Tomé e Príncipe**

##### **TIMOR-LESTE**

O Major-General Tito da Costa Cristovão, Chefe do Estado-Maior General das FALINTIL - Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL), agradeceu o acolhimento e realçou que Timor-Leste, primeiro país do Séc. XXI, se localiza na região Ásia-Pacífico, caracterizada pela competição devido à tentativa de alguns países se afirmarem como potências regionais.

Identificou questões relacionadas com as disputas territoriais, a corrida ao armamento e a existência de importantes grupos ligados ao terrorismo islâmico que preocupam o país e outros Estados dessa região.

Declarou a preocupação de Timor-Leste relativamente aos movimentos migratórios, pirataria marítima, terrorismo, crime organizado, agressões ao meio ambiente e os efeitos causados pelas alterações climáticas, destacando o relacionamento ao nível da cooperação militar e de defesa que têm mantido com os países da região, tendo o país participado no Exercício Southern KATIPO 17, na Nova Zelândia, sobre operações de segurança e humanitárias.



Reforçou que Timor-Leste aceitou o programa de navios com a Austrália, estando envolvido no Programa de Segurança Marítima do Pacífico (*Pacific Maritime Security Program*), tendo sido realizados exercícios e operações combinadas, com vista ao desenvolvimento da capacidade marítima de Timor-Leste.

Reportou que as relações com a Indonésia têm conhecido avanços, apesar de existirem aspetos que carecem de resolução, como a delimitação da fronteira terrestre entre os dois países.

Declarou que, não obstante a existência de focos de instabilidade, Timor-Leste é um país seguro, quer pela ação das suas Forças e Serviços de Segurança, mas, muito particularmente, pela presença das F-FDTL.

Revelou que as F-FDTL vêm procurando adaptar a sua organização e preparação, de forma a assegurar o cumprimento das suas missões tradicionais, decorrendo um processo de transformação e mudança.

Comunicou que se encontra em curso o processo de aprovação do Conceito Estratégico Militar, decorrente de outros documentos estruturantes.

Destacou a formação prevista para o ingresso no Quadro Permanente de militares das várias Componentes e Unidades, a ter lugar em breve, e a execução do Plano de Formação Anual de 2019, que garantirá a formação interna e externa, em países amigos, em especial, em Portugal.

Manifestou a disponibilidade das F-FDTL para continuar a participar, integradas em contingentes de outros países ou isoladamente, em operações da CPLP ou das Nações Unidas, como ocorrido em 2010-2011, no Líbano, em que integraram uma força de engenharia do contingente português.

Para concluir, sublinhou que os timorenses se revêem e confiam nas suas Forças de Defesa, nos seus valores e princípios, e no desempenho na defesa da soberania.

Anexo J - Intervenção de Timor-Leste

## PONTO 2. Colégio de Defesa da CPLP

### a. Ponto de situação da 2.ª Edição/Curso de Ciberdefesa

O Almirante António Silva Ribeiro, CEMGFA de Portugal, confirmou o acolhimento do 2.º Colégio de Defesa da CPLP através da realização do "Curso de





Ciberdefesa”, no Instituto Universitário Militar, em Lisboa, entre 1 e 12 de julho de 2019, apresentando uma síntese do programa do Curso e referindo que informação complementar, designadamente as instruções administrativas, serão oportunamente remetidas pelo SPAD.

**b. Propostas de acolhimento para a 3.ª Edição em 2020**

Após a realização pelo Brasil da 1.ª Edição do Colégio de Defesa e a confirmação por Portugal do acolhimento em 2019, o CEMFA de Cabo Verde solicitou propostas de acolhimento para a 3.ª Edição, em 2020.

Os representantes de Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe declararam não estarem reunidas as condições para organizar esta edição em 2020.

Os representantes de Angola, Guiné Equatorial e Timor-Leste manifestaram que iriam consultar as entidades nacionais competentes, tendo ficado acordado que se pronunciarão sobre esta matéria, através do SPAD, até ao final de abril de 2019.

**PONTO 3. Reflexão sobre o Futuro da Componente de Defesa da CPLP**

A Representante do SPAD efetuou um ponto de situação sobre o assunto, tendo distribuído pelas delegações presentes uma compilação dos contributos rececionados até ao momento e referindo aguardar-se a informação da Guiné Equatorial de forma a possibilitar a elaboração de um documento integrado para apreciação nas reuniões de DPDN e MDN da CPLP.

No final da reunião a delegação da Guiné Equatorial providenciou o contributo relativo à identificação de duas ações prioritárias neste âmbito.

**Anexo K - Compilação dos contributos para a Reflexão**

**PONTO 4. Mecanismo de Resposta da CPLP a Situações de Catástrofes**

A Representante do SPAD efetuou um breve enquadramento da questão, tendo referido aguardarem-se os comentários da Guiné-Bissau, da Guiné Equatorial, de Moçambique e de Timor-Leste ao Projeto de Protocolo e respetivos Anexos, com a finalidade de ser possível ao Brasil a elaboração de uma versão final do documento, a validar posteriormente pela Componente de Defesa da CPLP.

Convidados a intervir, os países que ainda não apresentaram comentários comprometeram-se no seu envio, ao SPAD, até ao final de abril de 2019.



## PONTO 5. Exercícios da série FELINO

a. e b. Face à indisponibilidade de São Tomé e Príncipe em acolher o exercício no formato em carta (EC), o CEMGFA de Angola confirmou que o seu país acolherá o ciclo 2018/19 do exercício FELINO, tanto em carta como com forças no terreno (FT), a ser realizado em setembro de 2019, comprometendo-se a apresentar atempadamente a calendarização das respetivas reuniões de planeamento.

O CEMGFA de Portugal e o CEMFA de Cabo Verde agradeceram a disponibilidade e felicitaram Angola por esta decisão.

### c. Confirmação da calendarização dos próximos exercícios FELINO

Procedeu-se à discussão da realização do exercício nos anos subsequentes:

- 2020 - por ausência da Guiné-Bissau, decidiu-se por consenso aguardar o pronunciamento do referido país sobre a realização no formato EC. Na eventualidade da Guiné-Bissau não acolher o exercício neste formato, o CEMGFA de Portugal predispôs-se a assegurar a realização do mesmo em conjunto com o exercício no terreno, em 2021.

- 2021 - confirmada a realização em Portugal no formato FT.

- 2022 - confirmada a realização na Guiné Equatorial no formato EC.

- 2023 - confirmada a realização no Brasil no formato FT.

Foi decidido que a Guiné-Bissau se deverá pronunciar, até à próxima reunião de MDN/CPLP, em maio de 2019, através do SPAD, sobre a realização do exercício, no formato EC, em 2020, neste país.

d. A representante do SPAD providenciou um enquadramento ao pedido de participação pelo Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) em matéria de Direito Internacional Humanitário (DIH) no âmbito dos Exercícios FELINO da CPLP, tendo referido que na 33.ª Reunião do SPAD, em março de 2019, foi concluído por consenso que 1) a concessão do estatuto de observador a esta organização se encontra já regulada pela Declaração aprovada pelos MDN da CPLP na sua XI Reunião, em 28 de maio de 2009, em Luanda; 2) a participação do CICV com uma dimensão de DIH, com um envolvimento mais direto nas fases de planeamento



e/ou nos exercícios FELINO, deverá ser objecto de pronunciamento pelos Estados-Membros até à reunião de CEMGFA da CPLP.

Os CEMGFA anuíram, em consenso, pela participação do CICV no próximo exercício FELINO, incluindo na Conferência Final de Planeamento, somente com o estatuto de observador, ao abrigo e nos moldes previstos na referida declaração ministerial.

#### **PONTO 6. Plano de Ação para a Implementação da Resolução 1325 (2000) Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Mulheres, Paz e Segurança**

A representante do SPAD recordou os antecedentes da presente iniciativa, mencionando que se constitui como um contributo relevante para cada um dos Estados-Membros, mas também para a ONU, organização internacional à qual poder-se-á, posteriormente, comunicar o trabalho da Componente de Defesa da CPLP para acompanhamento e divulgação, além da implementação da agenda da Nova Visão Estratégica e da agenda do setor da igualdade de género e empoderamento da mulher na CPLP.

Referiu que tendo sido recentemente constituído o GT, por representantes de todos os Estados-Membros, e tendo sido criada uma plataforma de comunicação, se aguardavam dos pontos de contacto (POC) do GT comentários, com a finalidade de ser possível elaborar um documento integrado para apreciação nas próximas reuniões de DPDN e MDN/CPLP: 1) ao levantamento da situação inicial, por parte de Timor-Leste; e, 2) à proposta, de Portugal, de Plano de Ação da Componente de Defesa da CPLP nesta temática, por Angola, Brasil, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial e Timor-Leste.

Os CEMGFA de Angola, Guiné Equatorial e Timor-Leste informaram que os elementos de informação serão diligenciados oportunamente pelos referidos POC no GT.

Os CEMGFA de Moçambique e de São Tomé e Príncipe confirmaram terem já sido remetidos os respetivos contributos pelos pontos focais do GT.

O CEMGFA de Portugal confirmou, igualmente, o encaminhamento da informação por parte daquele país, tendo anunciado a realização de um Seminário sobre Igualdade de Género, em Lisboa, em outubro de 2019, endereçando convite, que fará circular através do SPAD, aos CEMGFA, como mais um contributo para a iniciativa em apreço.



## PONTO 7. Conclusões da 1.ª Reunião de Diretores dos Serviços de Informações Militares ou Equiparados da CPLP

O CEMGFA de Portugal, recordando a proposta efetuada na 20.ª Reunião dos CEMGFA da CPLP, em Salvador, em abril de 2018, para acolhimento da primeira reunião de Diretores dos Serviços de Informações Militares, ou equiparados, da CPLP, em 2019, em Portugal, ressaltou a resposta pronta e total, através da participação dos Diretores dos Serviços de Informações Militares de todos os Estados-Membros, de representantes das Forças Armadas Portuguesas e de Representante do SPAD, nos dias 21 e 22 de março de 2019, em Lisboa, nas instalações do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

Destacou, dos assuntos debatidos nesta Reunião, a ameaça terrorista, o combate aos ilícitos transnacionais, o controlo dos fluxos de migração, o apoio às operações Interagências e a criminalidade organizada no domínio marítimo tendo sido, paralelamente, identificadas áreas de interesse comum para a comunidade de Informações da CPLP e oportunidades para incrementar a formação na área das informações militares.

Sublinhou que os temas abordados, os resultados atingidos e a apreciação favorável de todos os envolvidos revelaram a importância da continuidade destas reuniões, contribuindo, ainda, para que as estruturas de Informações Militares desenvolvam doutrina e condutas operacionais adequadas, de forma a facilitar o apoio a Operações ou Exercícios no âmbito da CPLP.

Os CEMGFA congratularam-se e agradeceram a Portugal a iniciativa de organização da 1.ª edição, tendo o CEMGFA de Timor-Leste proposto a realização anual e rotativa desta Reunião pelos Estados-Membros da CPLP.

O CEMCFA do Brasil recomendou a possibilidade de se fazer coincidir eventos e períodos por questão de racionalização de custos.

Por sugestão do CEMFA de Cabo Verde, aludindo à sequência alfabética pelos Estados-Membros, foi decidido aguardar-se conhecer eventual disponibilidade de acolhimento, em 2020, da 2.ª Reunião de Diretores dos Serviços de Informações Militares, ou equiparados, da CPLP, por Angola.



## **PONTO 8. Apreciação dos documentos a aprovar, ratificar ou apreciar na XIX Reunião de Ministros da Defesa da CPLP**

a. b. e c.

O Diretor do CAE reconheceu o apoio de Moçambique, designadamente na disponibilização de recursos humanos, e apresentou, de forma genérica, o Relatório de Atividades e Execução Orçamental de 2018, a situação das Quotas Anuais dos Estados-Membros, os Planos de Atividades e Orçamentos para 2019 e 2020, as conclusões da VIII Reunião do Conselho Consultivo e do XVI Seminário Internacional Político e Estratégico, o futuro XVII Seminário Internacional Político e Estratégico, a ser coorganizado pelo CAE/CPLP e Angola e as necessidades do CAE (Informatização; Financiamento/Fundo Especial; Recursos Humanos e Capacitação e Veículos Orgânicos). No uso da palavra e no que respeita ao financiamento do CAE, propôs 1) o pagamento imediato das dívidas e, até 31 de maio de 2019, das quotas em aberto; ou 2) contribuição extraordinária e voluntária dos países com as quotas em dia, para cobrir o défice e a dívida, destinada ao cumprimento de metas estabelecidas.

Disponibilizou-se, ainda, para apoiar a constituição, presencialmente ou à distância, dos Núcleos Nacionais junto dos Estados-Membros que ainda não o tenham efetuado.

O CEMFA de Cabo Verde agradeceu a apresentação do Diretor do CAE, tendo apelado aos Estados-Membros a regularização das quotas no sentido de viabilizar as atividades daquele Centro.

O CEMGFA de Portugal congratulou a apresentação e o dinamismo empreendido pelo Diretor do CAE na nova missão, tendo sugerido a possibilidade de ligação, por videoconferência (VTC), entre instituições de ensino de Segurança e Defesa e aquele Centro, ficando de analisar a possibilidade de oferecimento do referido sistema/equipamento (VTC), por Portugal, ao CAE.

Os CEMGFA apreciaram os documentos contidos na apresentação do CAE, recomendando o seu encaminhamento para aprovação em sede de Reunião dos MDN da CPLP.

### **ANEXO L - Documentos de gestão do CAE e Apresentação do CAE**

d. Conclusões do 6.º Fórum de Saúde Militar

A representante do SPAD apresentou as conclusões do 6.º Fórum de Saúde Militar da CPLP, realizado no Forte de São Julião da Barra, em Portugal, no dia 19 de março de





2019, que contou com a presença de representantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Equatorial, Moçambique e Timor-Leste, além de Portugal.

Como síntese conclusiva dos trabalhos destacou que foi reforçada a importância do Programa de Intercâmbio para Militares da CPLP para Formação e Investigação em Saúde Militar, e a necessidade de se robustecer a oferta formativa, por parte de todos os Estados-Membros, através do Plano de Formação, incluindo a proposta de integração do Curso de Primeiros Socorros Psicológicos, e incentivando a uma participação mais significativa, tendo presente a qualificação e aplicação do conhecimento adquirido nos respetivos serviços de saúde e o desenvolvimento de capacidades nacionais nesta matéria; a intenção de criação de um Curso Imersivo de Saúde Operacional, sob proposta de Portugal, a aguardar decisão superior; o sucesso dos XVIII Encontro de Saúde Militar da CPLP e das II Jornadas Defesa + Saúde subordinadas ao tema “Medicina de Catástrofe”, em 2018, em Portugal, com a participação enriquecedora dos Estados-Membros, tendo sido colocada a Timor-Leste a possibilidade de realizar o próximo Encontro; e, o anúncio e o convite para a participação dos Estados-Membros nas III Jornadas Defesa + Saúde subordinadas à temática “Stress em Contexto Militar”, a realizar em outubro de 2019, em Portugal.

Comunicou que do 6.º Fórum de Saúde Militar da CPLP resultaram propostas de:

- Apoio aos serviços de saúde militar de Angola na planificação da componente de saúde militar a integrar no próximo Exercício FELINO, caso venha a ser solicitado, e respetiva participação;
- Integração do Curso de Primeiros Socorros Psicológicos e outros no âmbito do apoio psicológico no Plano de Formação do Programa de Intercâmbio de Militares da CPLP para Formação e Investigação em Saúde Militar;
- Apresentação, por Portugal, de um programa de formação subordinados às “Biossegurança e Bioproteção”;
- Recomendação de cooperação, no contexto da Saúde Militar da CPLP, na identificação dos medicamentos essenciais, na produção e controlo de qualidade dos mesmos e na constituição e gestão de uma reserva estratégica, relevantes em cenários de catástrofe.

Os CEMGFA apreciaram as propostas apresentadas, recomendando o seu encaminhamento para a Reunião dos MDN da CPLP.

ANEXO M - Relatório do 6.º Fórum de Saúde Militar da CPLP



b. Ata da V Conferência de Marinhas da CPLP

O CMG Henrique Martins, da delegação do Brasil, procedeu a uma breve apresentação sobre a V Conferência de Marinhas da CPLP e Recomendações resultantes, assunto que deverá ser igualmente presente à Reunião dos MDN da CPLP.

**ANEXO N - Ata da V Conferência de Marinhas da CPLP e Apresentação do Brasil**

c. Agenda da XIX Reunião de MDN/CPLP

A proposta de agenda de trabalhos da XIX Reunião de MDN da CPLP foi submetida à apreciação tendo-se registado, por consenso, uma proposta de alteração em relação ao exercício FELINO, em face da confirmação da Guiné Equatorial realizar o referido exercício em 2022.

No âmbito do projeto de Protocolo de operacionalização do Mecanismo de Resposta da CPLP a Situações de Catástrofes foi assinalado pelo CEMGFA de Portugal que estando previsto este documento, na sua versão final, ser apreciado e aprovado em reunião de MDN da CPLP, se torna necessário que sejam envidados esforços por todos os países para que seja finalizado o quanto antes, exortando ao empenho de todos os Estados-Membros no envio dos comentários e contribuições em falta.

O CEMCFA do Brasil anuiu à intervenção do seu homólogo português, manifestando-se à disposição para apoiar este processo.

**ANEXO O - Proposta de agenda da XIX Reunião de MDN/CPLP**

**PONTO 9. Local/data da Próxima reunião de CEMGFA/CPLP**

Face à ausência da Guiné-Bissau na reunião, país que deveria acolher a reunião de CEMGFA de 2020, decidiu-se, por consenso, aguardar pela confirmação daquele país quanto ao acolhimento da referida reunião. Foi aventado pelo CEMFA de Cabo Verde a possibilidade de, em caso de impedimento da Guiné-Bissau, o evento poder ser acolhido pela Guiné Equatorial, ao que o CEMGFA desse país retorquiu que faria as consultas necessárias para se pronunciar sobre o assunto.

**PONTO 10. Diversos**

O CEMGFA de Portugal colocou à consideração a possibilidade de troca de contactos e meios de comunicação diretos e mais ágeis entre os CEMGFA dos países da Comunidade e



inclusive dos Comandantes Operacionais das Forças Armadas dos Estados-Membros, para em caso de necessidade ser possível um contacto mais eficiente, tendo sido solicitado que o SPAD elabore a referida lista de contactos.

O CEMGFA de Angola felicitou a possibilidade de apoio de Portugal ao CAE em matéria de equipamento de videoconferência, agradeceu a apresentação do Diretor do CAE e corroborou a necessidade da lista de contactos entre os CEMGFA e as respetivas Forças Armadas.

O CEMCFA do Brasil anuiu igualmente à listagem de contactos e demonstrou disponibilidade para cooperar com os demais Estados-Membros, ao nível da segurança marítima combinada, como temática a integrar a agenda de trabalhos de próximas reuniões.

O CEMFA de Cabo Verde subscreveu a posição do Brasil quanto ao referido tema e aludiu à Conferência de Marinhas da CPLP, em que a temática já se encontra inserida.

O CEMGFA de Timor-Leste destacou como desafios a língua, a distância e a posição geográfica do seu país, solicitando que se adotem ações para a consolidação da CPLP.

O CEMGFA de Angola apoiou a posição de Timor-Leste em relação à necessidade de contínuo ensino da língua portuguesa, solicitando a Portugal o envio de docentes aos Estados-Membros para esse efeito.

O Diretor do CAE agradeceu ao CEMGFA de Portugal a oferta que permite a ligação aos institutos de ensino e aos Núcleos Nacionais, agradeceu as palavras do CEMGFA de Angola e reiterou a disponibilidade para ativação, presencial ou virtualmente, dos Núcleos Nacionais, em falta, nos Estado-Membros.

O CEMGFA de São Tomé e Príncipe agradeceu a Angola a realização do exercício FELINO 2018 em Carta e informou que as dificuldades com que o país se debate atualmente, impedem a participação em algumas iniciativas da Componente de Defesa da CPLP, aludindo, a título exemplificativo, ao Fórum de Saúde Militar.

## Encerramento

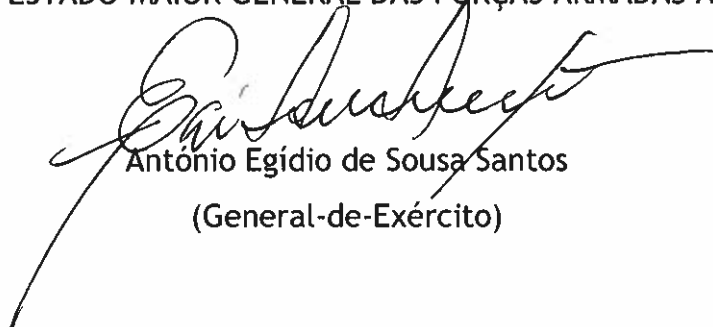
O Major-General Anildo Emanuel da Graça Morais, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas de Cabo Verde deu por encerrada a 21.ª Reunião dos Chefes de Estado-Maior-General das Forças Armadas da CPLP tendo agradecido a presença e colaboração dos Chefes de Estado-Maior presentes, congratulando-se com a forma



empenhada e diligente com que todos participaram e contribuíram para o sucesso desta edição.

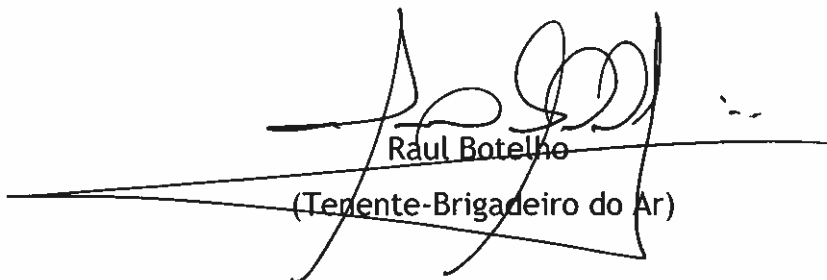
**Praia, 11 de abril de 2019**

**O CHEFE DO ESTADO-MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS**



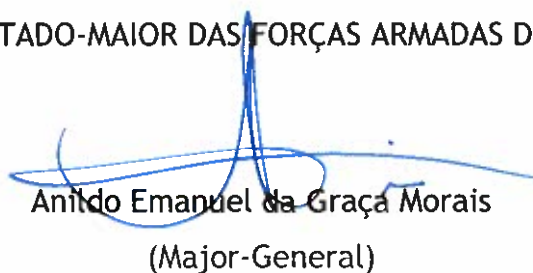
António Egídio de Sousa Santos  
(General-de-Exército)

**O CHEFE DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS DO BRASIL**



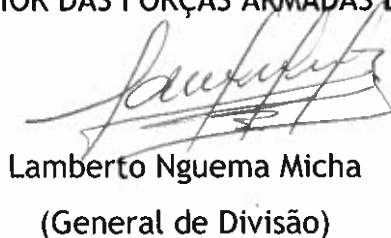
Raul Botelho  
(Tenente-Brigadeiro do Ar)

**O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS DE CABO VERDE**



Aníto Emanuel da Graça Morais  
(Major-General)

**O CHEFE DE ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS DA GUINÉ EQUATORIAL**



Lamberto Nguema Micha  
(General de Divisão)



O REPRESENTANTE DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS DE  
DEFESA DE MOÇAMBIQUE

Ezequiel Isac Muianga  
(Major-General)

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS

António Silva Ribeiro  
(Almirante)

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS DE SÃO TOMÉ E PRINCIPE

Horácio Castro da Trindade de Sousa  
(Brigadeiro-General)

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FALINTIL-FORÇAS DE DEFESA DE TIMOR-LESTE

Lere Anan Timur  
(Major-General)





## ANEXOS

- A. Discurso do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas de Cabo Verde
- B. Informe do CAE/CPLP
- C. Intervenção de Cabo Verde
- D. Intervenção de Angola
- E. Intervenção do Brasil
- F. Intervenção da Guiné Equatorial
- G. Intervenção de Moçambique
- H. Intervenção de Portugal
- I. Intervenção de São Tomé e Príncipe
- J. Intervenção de Timor-Leste
- K. Compilação dos contributos para a Reflexão
- L. Documentos de gestão do CAE e Apresentação do CAE
- M. Relatório do 6.º Fórum de Saúde Militar da CPLP
- N. Ata da V Conferência de Marinhas da CPLP e Apresentação do Brasil
- O. Proposta de agenda da XIX Reunião de MDN/CPLP